



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



## **INFORMAÇÃO nº 051/2017 – SEAUD**

**Processo nº:** 39420/2008-e

**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

**Assunto:** Licitação

**Ementa:** Exame de Contrato. Prestação de serviços de vigilância patrimonial. Procedimento de Fiscalização Especial. Inspeção. Superfaturamento. Medida Cautelar. Glosa mensal. Revogação. Restituição de glosas. Improriedade na restituição das glosas e irregularidades referentes ao pagamento do Intervalo Intrajornada. Devolução de valores. Pela conversão em TCE. Juntada de nova documentação. Determinação de reinstrução.

Senhor Secretário,

Este processo cuida do Edital de Concorrência n.º 04/2008-SE, precursor dos Contratos n.º 98/2009 - Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda. e 99/2009 - G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda. (atual Global Segurança Ltda.).

2. Em face da Decisão TCDF nº 8025/2009<sup>1</sup>, exarada no Processo TCDF nº 41100/2009, foi realizada fiscalização na Secretaria de Educação do Distrito Federal para exame de diversos contratos, dentre os quais os acima referidos.

---

<sup>1</sup> O Tribunal, por unanimidade, acolhendo os demais itens do voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento; a) da instrução elaborada pela Comissão de Inspectores de Controle Externo - CICE, de fls. 157/164; b) do Parecer nº 88/2009-CJP; 2) aprovar o Plano de Ação constante da referida instrução; 3) determinar: a) que seja dada ciência a todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, que, em sede do Processo nº 41100/09, se encontra em curso procedimento de fiscalização especial com vista à apuração da matéria objeto do Inquérito nº 650/DF (Processo nº 20091886665-STJ), orientando-os sobre a necessidade de disponibilizar, de forma tempestiva, a esta Corte, todas as informações requeridas, sendo que o não-atendimento, sem causa justificada, ensejará a aplicação das sanções previstas no art. 57 da Lei Complementar nº 1/94; b) às empresas públicas e sociedades de economia mista que não integram o SIGGO o envio ao Tribunal, no prazo de 05 (cinco) dias, em meio magnético (arquivo do tipo "csv", utilizando como separador de campos ponto e vírgula), de relação de pagamentos efetuados em 2009 a fornecedores ou prestadores de serviços, contendo as seguintes informações: nome, CNPJ/CPF, valor, data do pagamento, nº do processo e finalidade; c) aos órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal que encaminhem a esta Corte, no prazo de 05 (cinco) dias, inclusive em meio eletrônico, relação contendo credor, valor e objeto das despesas de 2009: c.1) sem cobertura contratual; c.2) assumidas e ainda não registradas na contabilidade; d) às unidades administrativas deste Tribunal que todos os atos praticados internamente e os expedientes dirigidos aos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, decorrentes do procedimento de fiscalização especial ora autorizado, deverão ser



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



3. De imediato, cumpre destacar as principais deliberações plenárias prolatadas neste feito:

- DECISÃO Nº 4446/2009 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Primeira Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, com o qual concordam o Relator, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, e o Segundo Revisor, Conselheiro JORGE CAETANO, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 426/2009 – GAB/SE e dos documentos que o acompanham, fls. 285/312; II - no mérito, negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo MPJTCDF; III - determinar à Secretaria de Estado de Educação que, nos próximos certames licitatórios, evite a inclusão, nos respectivos editais, das exigências editalícias indicadas na alínea “a” de fls. 483/484, que possam ser interpretadas como restritivas; IV - alertar o Poder Executivo quanto à necessidade de regulamentação relativa aos percentuais de encargos sociais e BDI, a serem aplicados nos contratos de vigilância armada e desarmada, firmados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal; V - **autorizar: a) a continuidade do processo licitatório em exame; b) o retorno dos autos à 2ª Inspeção para acompanhamento;**
- DECISÃO Nº 869/2010 - O Tribunal, pelo voto de desempate do Presidente em exercício, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, proferido com base no art. 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do Conselheiro RENATO RAINHA, decidiu: I - tomar conhecimento do procedimento de fiscalização especial consubstanciado no Relatório de Inspeção nº 2.0017.10; II - **determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que: a) em vista dos indícios de superfaturamentos de preços demonstrados no Achado 01 e com fundamento no artigo 198 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, cautelarmente, inicie imediatamente a glosa mensal, no montante de R\$ 307.549,30 (trezentos e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta centavos), dos valores devidos à empresa CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., por conta do Contrato nº 98/2009, e a glosa mensal, no montante de R\$ 339.678,66 (trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos), dos valores devidos à empresa G6 - SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA LTDA., por conta do Contrato nº 99/2009, até a manifestação conclusiva desta Corte de Contas quanto às irregularidades mencionadas no aludido Relatório de Inspeção; b) as estimativas de preços para licitação pública observem os valores que estiverem sendo praticados em contratos vigentes, no âmbito da Administração Pública, inclusive na esfera do governo federal, para o mesmo produto ou serviço, a teor do inciso V do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993; c) exerça fiscalização mais rigorosa nos contratos de serviços continuados, adotando providências quando constatado desconformidade no cumprimento contratual; III - com fundamento nas disposições do artigo 46 da Lei**

identificados com o número da decisão a ser prolatada nesta assentada; 4) autorizar: a) o desarquivamento de todos os processos considerados necessários para o tratamento da matéria, observada a recomendação fixada na alínea “d” do item III precedente, com comunicação ao Ministério Público junto a esta Corte; b) a realização das inspeções e auditorias nos órgãos e entidades que se fizerem necessários, nos termos dos arts. 120, II, e 121, todos do Regimento Interno deste Tribunal, observada a recomendação fixada na alínea “d” do item III precedente; c) o retorno dos autos à Comissão de Inspectores de Controle Externo - CICE, para a continuidade dos trabalhos, recomendando a elaboração de relatórios periódicos sobre o andamento dos trabalhos, para apreciação por este Plenário.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



Complementar nº 1/1994 e da Emenda Regimental nº 23, de 21.02.2008, converter o feito em tomada de contas especial para apuração do total do prejuízo nele anunciado e, posteriormente, proceder à citação dos responsáveis na forma da lei, para que apresentem as alegações de defesa pertinentes; IV - determinar à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas com vistas à regulamentação dos percentuais de encargos sociais e de BDI, a serem aplicados nos contratos de vigilância armada e desarmada, firmados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, conforme alerta exarado no item IV da Decisão nº 4.446/2009; V - autorizar a devolução dos autos à Inspeção de origem, determinando-lhe que encaminhe à Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA, à Corregedoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e às Empresas CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. e G6 - SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA LTDA. cópia do Relatório de Inspeção nº 2.0017.10, da declaração de voto apresentada pelo Conselheiro RENATO RAINHA e desta decisão, com vistas ao melhor cumprimento das providências ora ordenadas;

- DECISÃO Nº 1620/2010 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - **conhecer dos Pedidos de Reexame de fls. 650/698 e 699/754, interpostos pelas empresas CONFEDERAL Vigilância e Transportes de Valores Ltda. e G6 Sistema de Segurança Integrada Ltda., em face do disposto na Decisão nº 869/2010, como se Recursos Inominados fossem, sem efeito suspensivo, com fundamento na Decisão nº 1.347/2004, tendo em vista a natureza cautelar do item II da Decisão nº 869/2010, ora atacado;** II - dar ciência aos recorrentes do teor desta decisão, nos termos do disposto no § 2º do art. 4º da Resolução 183/2007, com o alerta de que os recursos ainda carecem de apreciação de mérito; III - determinar o retorno dos autos à 2ª ICE, para análise do mérito recursal;

- DECISÃO Nº 4059/2010 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Informação nº 20/10-2ª ICE/Divisão de Auditoria; b) do Parecer nº 863/10-CF; c) dos pedidos de cópia dos autos e de sustentação oral de fls. 929/930; II - preliminarmente ao julgamento de mérito dos Recursos Inominados interpostos, deferir à CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. e à G6 - SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA LTDA.; a) o pedido de cópia da Informação nº 20/10-2ª ICE/Divisão de Auditoria e do Parecer nº 863/10-CF; b) com fulcro no art. 60 do Regimento Interno deste Tribunal, a oportunidade de realizar sustentação oral, na Sessão Ordinária de 26/08/10, procedendo à intimação das interessadas na forma do § 1º do mesmo artigo;

- DECISÃO Nº 478/2011 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento da documentação juntada ao feito; II - **negar provimento aos Pedidos de Reexame interpostos contra a medida cautelar consubstanciada no item II.a da Decisão nº 869/10;** III - **manter os termos da Decisão nº 869/10;** IV - dar ciência desta decisão às empresas CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. e G6 - SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA LTDA.; V - autorizar: a) o envio de cópia das informações técnicas, dos pareceres ministeriais e do relatório/voto da Relatora às recorrentes acima nominadas, em subsídio a esta decisão; b) o retorno dos autos à 2ª ICE;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



- DECISÃO Nº 1857/2011 O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada nos termos do art. 71 do RI/TCDF, decidiu: I - **conhecer dos embargos de declaração de fls. 1374/1366 apenas na parte referente à alegada contradição entre os fundamentos e a conclusão do voto da então Relatora, Conselheira MARLI VINHADELI**; II - **no mérito, negar provimento aos embargos de declaração, vez que não restou comprovada qualquer contradição entre fundamentos e a parte dispositiva do voto condutor da Decisão nº 478/2011**; III – autorizar: a) a ciência desta decisão à embargante e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes. Vencida a Relatora, que manteve o seu voto, no que foi seguida pelo Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, que também apresentou declaração de voto;

- DECISÃO Nº 2498/2011 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - **tomar conhecimento**: a) das informações prestadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por intermédio do Ofício nº 147/2011-GAB/SE (fls. 1369/1370); b) das informações prestadas pela então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, por intermédio do Ofício nº 404/2010-GAB/SGA e anexos (fls. 772/795); c) **do pedido formulado pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (fls. 1392 e 1393), para julgá-lo improcedente, autorizando o prosseguimento da tomada de contas especial**; II - autorizar a citação dos nominados no quadro de fl. 1359, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesas ou, solidariamente, recolham as quantias apontadas no quadro de fls. 1358/1359, atualizadas monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos do artigo 59 da Lei Complementar nº 1/1994, ante a possibilidade de aplicação das penalidades previstas nos artigos 56 e 60 da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o artigo 181 do RI/TCDF; III - autorizar, também, a citação dos executores titulares dos Contratos nºs 98 e 99/2009, nomeados à fls. 61/62 - anexo V, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa referentes às falhas ocorridas na execução dos referidos ajustes, conforme demonstrado na Informação nº 24/2011 (fls. 1371/1373), contrariando o que determina o artigo 13 do Decreto nº 16.098/1994, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994; IV - em vista do disposto no item IV da Decisão nº 869/2010, dar conhecimento à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal dos estudos mais atualizados, elaborados pela Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal, em que foi fixado o percentual máximo de 26,44% (vinte e seis vírgula quarenta e quatro por cento), a ser adotado como parâmetro, a título de BDI, nos contratos de serviços terceirizados de segurança e vigilância patrimonial; V - determinar à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal cópia do estudo visando à normatização dos percentuais dos encargos sociais e do BDI na Administração Pública distrital, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, objeto do Contrato nº 45/2009-SEPLAG; VI - autorizar: a) o envio aos interessados de cópia do Relatório de Inspeção nº 2.0017.10 (fls. 557/575), bem como das peças de fls. 1358/1359; b) o retorno dos autos à 2ª ICE;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



- DECISÃO Nº 3924/2011 O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **conhecer dos requerimentos formulados nas peças processuais de fls. 1468/1486 e 1488, apresentados pela empresa G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda.;** II – **determinar a oitiva da Secretaria de Estado de Educação, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos sobre o valor da glosa atualmente efetuada nos pagamentos do Contrato nº 99/2009, e, caso esse valor seja diferente do estabelecido na Decisão nº 869/2010, justifique os motivos e critérios adotados para o cálculo, encaminhando-lhe cópia da peça de fls. 1468/1486, para subsidiar o atendimento da diligência;** III – **negar provimento ao pedido formulado na peça de fls. 1488, informando à empresa G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda. que o registro constante da capa dos autos em referência trata-se de identificação interna, tendo por objetivo que as unidades administrativas e técnicas deste Tribunal confirmem andamento prioritário aos feitos que possuem essa identificação, não havendo razão para alteração desse procedimento;** IV – autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes, inclusive quanto à anotação do endereço indicado pela requerente para o recebimento das comunicações processuais. Vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que votou pelo provimento dos pedidos de fls. 1468-1488;
- DECISÃO Nº 4129/2011 O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, à exceção da expressão "improrrogável ", constante do item II, excluída em acolhimento a voto do Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, decidiu: I - tomar conhecimento do documento de fl. 1608, considerando prejudicado o pleito nele contido, vez que já houve a apresentação de defesa pela interessada; II - conhecer, ainda, do requerimento de fls. 1609/1610, para, excepcionalmente, conceder ao Sr. GIBRAIL NABIH GEBRIM novo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação plenária, para apresentar defesa, em face do disposto na Decisão nº 2.498/2011; III - autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi acompanhado pelo RONALDO COSTA COUTO;
- DECISÃO Nº 4831/2011 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 1184/2011-GAB/SE, acostado às fls. 1621/1622, e do pleito nele formulado; II - conceder à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias, a contar de 27.09.2011, para cumprimento da diligência expressa no item II da Decisão nº 3.924/2011; III - autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins;
- DECISÃO Nº 6294/2011 O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que manteve o posicionamento constante da Decisão nº 3924/11, decidiu pelo provimento dos pedidos de fls. 1468-1488. Vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi seguido pelo Conselheiro RONALDO COSTA COUTO;
- DECISÃO Nº 511/2012 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – **dar provimento aos Embargos de Declaração para esclarecer que a Decisão nº 6.294/11 deu provimento ao pedido constante da letra “a” de fl. 1485, da empresa G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda., para que a Secretaria de Estado de Educação somente procedesse à glosa no exato valor definido pela Decisão nº**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



**869/10, de R\$ 339.678,66 (trezentos e trinta e nove mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos);** II - determinar: a) a ciência ao embargante e à empresa G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda. do teor desta decisão e, também, à Secretaria de Estado de Educação, para subsidiar o seu imediato cumprimento; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências de sua alçada;

- DECISÃO Nº 1133/2012 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento dos Pedidos de Reexame de fls. 1700/1707 e de fls. 1712/1719, interpostos, respectivamente, pelo Ministério Público junto ao TCDF e pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em face da Decisão nº 511/12, nos termos dos arts. 33, 34 e 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 189 do Regimento Interno do TCDF, com efeito suspensivo; II - dar ciência aos recorrentes sobre o conhecimento dos recursos, nos termos da Resolução nº 183/07, com alerta de que os pleitos ainda carecem de apreciação de mérito; III – dar ciência às empresas nominadas à fl. 1675 acerca dos recursos constantes dos autos, para que, querendo, ofereçam suas contrarrazões recursais, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando-lhes cópia desta decisão e dos respectivos Pedidos de Reexame; IV – autorizar o retorno dos autos à unidade técnica para análise de mérito das peças recursais;

- DECISÃO Nº 4485/2012 O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Informação nº 31/2012; b) das contrarrazões de fls. 1738/1762 e fls. 1814/1829, considerando-as procedentes; II - negar provimento aos recursos interpostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal e pela Secretaria de Educação; III - **revogar a Decisão nº 869/10;** IV - **determinar à Secretaria de Educação que: a) restitua às empresas G6 - SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA LTDA. e CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA. os valores das glosas efetuadas em decorrência da Decisão nº 869/10, ora revogada; b) adote como parâmetro para o cálculo dos valores a serem restituídos os preços estabelecidos na Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vigente à época (Portaria nº 11/2010) e subsequentes atualizações;** c) encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o resultado do cumprimento das alíneas anteriores; V - autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto da Revisora e desta decisão ao Ministério Público junto ao TCDF, ao Secretário de Estado de Educação e às empresas G6 - SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA LTDA. e CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., para subsidiar o seu cumprimento; b) o retorno dos autos à unidade técnica para acompanhamento do cumprimento desta decisão. Vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi seguido pelo Conselheiro RENATO RAINHA;

- DECISÃO Nº 3250/2013 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Relatório de Inspeção nº 1.2010.13; b) dos Ofícios nºs 1715/2012-GAB/SE e 625/SUAG/SEEDF e documentos anexos (fls. 1.905/1.926 e 1.931/1.935); c) do Ofício nº 16/2013-SAD/SE e documentos anexos (Anexo XII, fls. 179/200); d) do Requerimento de fls. 1.927/1.930; e) das Planilhas encaminhadas pela Gerência de Acompanhamento de Serviços Terceirizados da Secretaria de Educação do Distrito Federal (Anexo XII, fls. 01/70); II - com fulcro no art. 41, § 2º, da Lei



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994, autorizar o envio de cópia do Relatório de Inspeção nº 1.2010.13 ao Secretário de Estado de Educação e às empresas Global Segurança Ltda. e Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda., para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias; III - autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Auditoria;

- DECISÃO Nº 4718/2013 O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) conhecer dos documentos de fls. 2.013/2.015, concedendo prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento desta deliberação, para que a Secretaria de Estado de Educação e a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. se manifestem nos termos da Decisão nº 3.250/13; b) autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para as providências de sua alçada. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que seguiu o voto da Relatora, concedendo a prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias;

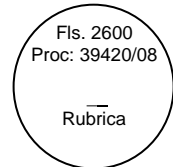
- DECISÃO Nº 1279/2014 O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – **conhecer do documento de fls. 2064/2068 como embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento para esclarecer que: a) as repactuações dos contratos de natureza contínua, com preponderância de mão de obra, deverão observar o art. 41 da IN nº 02/2008 – MPOG, em sintonia com o disposto no item IV da Decisão nº 6.142/13, de caráter normativo, especialmente quando o fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, com seus respectivos efeitos financeiros; b) as Portarias nº 11/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e suas subseqüentes atualizações devem ter seus efeitos considerados a partir da data da entrada em vigor das convenções coletivas de trabalho que as originaram, em função da data base da categoria profissional;** II - dar ciência do teor desta decisão à embargante e à Secretaria de Educação do Distrito Federal, para que lhe seja dado cumprimento; III - autorizar o retorno dos autos à SEAUDI, para as providências cabíveis. Parcialmente vencidos os Conselheiros RENATO RAINHA, que conheceu dos embargos de declaração em análise, deixando de dar-lhes provimento, e PAULO TADEU, que votou pelo chamamento prévio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e da Secretaria de Educação do Distrito Federal;

- DECISÃO Nº 6341/2014 O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Inspeção nº 1.1025/14; b) do Ofício nº 2123/2013-GAB-SE e documentos anexos (fls. 2035/2037); c) dos documentos de fls. 2043/2063 e 2089/2099; II – **determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso IV, da LC nº 01/94, o imediato cumprimento do item II da Decisão nº 1.279/14, adotando, como valores a serem pagos às empresas Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda. (Contrato nº 98/09) e Global Segurança Ltda. (Contrato nº 99/09), aqueles estabelecidos no Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, inclusive com a prevalência da Portaria nº 28/11 sobre a de nº 11/2010 em todo o período de 01.05.10 a 31.12.11;** III – autorizar a audiência das empresas citadas no parágrafo 119 de fl. 2181, para que se manifestem sobre o mérito do Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, apresentando a comprovação de suas alegações, especialmente: a) quanto à possível existência de superfaturamento no



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



**período de julho/2009 a janeiro/2010 e o respectivo valor; b) em relação à possível irregularidade no pagamento do intervalo intrajornada, o cálculo do valor devido constante do Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, e em que estágio se encontram as alegadas tratativas com o sindicato dos trabalhadores para a regularização da parcela; IV – autorizar: a) o envio de cópia da Decisão nº 1.279/14, do Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, do relatório/voto da Relatora e desta decisão ao Secretário de Estado de Educação, para subsidiar o seu cumprimento, e às empresas Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda. e Global Segurança Ltda.; b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento, "in totum", da instrução;**

- DECISÃO Nº 2085/2015 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – conhecer do documento de fls. 2.325/2.326, concedendo prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, a contar do conhecimento desta deliberação, para que a Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. dê cumprimento à Decisão nº 6.341/14; II – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal o cumprimento das determinações contidas no item II da Decisão nº 6.341/14, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, **alertando o titular da pasta sobre a possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso VII do art. 57 da LC 01/94, informando-o de que deverá considerar a prevalência da Portaria nº 28/11 sobre a de nº 11/10 em todo o período de 01.05.10 à 31.12.11;** III – determinar a remessa do relatório/voto do Relator à jurisdicionada, para subsidiar o cumprimento da decisão; IV – autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Auditoria, para as providências pertinentes;

- DECISÃO Nº 4144/2015 O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – conhecer do documento de fls. 2385/2387, concedendo prorrogação de prazo por 90 (noventa) dias, a contar do conhecimento desta deliberação, para que a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. se manifeste nos termos da Decisão nº 6.341/14; II – autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Auditoria, para as providências pertinentes.

4. Em cumprimento à Decisão nº 4144/2015, foi produzida a Informação nº 004/2017-SEAUD (fls. 2419 a 2435), tendo por base o exame da manifestação da empresa Global Segurança Ltda. (fls. 2234 a 2320 e 2401 a 2404) e do Ofício nº 1551/2015-GAB/SE encaminhado pela Secretaria de Educação (fls. 2333/2384), ocasião em que foi registrada a ausência de manifestação da empresa Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda.

5. Nesse sentido, a Informação nº 004/2017-SEAUD chegou às seguintes conclusões (fls. 2433/2434):

*68. A Secretaria de Educação, mediante Ofício nº 1551/2015-GAB/SE e seus anexos, comprovou a devolução dos valores glosados nos pagamentos dos Contratos nºs 98/2009 e 99/2009, firmados entre essa Secretaria e as empresas Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e Global Segurança Ltda., nos valores de R\$ 635.485,18 (seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos) e R\$ 815.881,98 (oitocentos e quinze mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e oito*

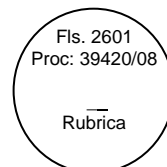




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

Gabinete



centavos). Assim, tem-se por atendida satisfatoriamente a diligência constante do item II da Decisão nº 6341/2014.

69. A Global Segurança Ltda., em relação ao suposto superfaturamento do seu contrato com a Administração no período de julho/2009 a janeiro/2010, admitiu-o em parte, defendendo como correto, todavia, valor diferente do apontado pela fiscalização. Entende-se que essa alegação não procede, pois contraria critério de cálculo já exaustivamente debatido nestes autos e, inclusive, aceito pela própria empresa para fins de apuração de valores que lhe foram restituídos. Assim, concluiu-se pelo prejuízo de R\$ 343.055,58, em valores históricos, decorrente do superfaturamento do contrato em questão, entre 24.07.2009 a 24.01.2010.

70. No que concerne ao pagamento do intervalo intrajornada, a mesma empresa informou a realização de acordo judicial com o SINDESV/DF – Sindicato dos Empregados de Empresa de Segurança e Vigilância do DF, promovendo a quitação dessa verba trabalhista referente ao período de 1º.01.2011 a 31.12.2012, saneando parcialmente a questão. Permaneceu, no entanto, o prejuízo decorrente do recebimento dessa parcela pela Global, sem que houvesse o correspondente pagamento aos seus empregados, no período de julho/2009 a dezembro/2010.

71. A Global Segurança solicita, ainda, encontro de contas mediante contraposição de seus débitos e créditos com a Administração. Por falta de amparo legal, propõe-se o não conhecimento do pleito.

72. A empresa Confederal, por sua vez, é devedora da Administração em R\$ 321.205,44, referente ao superfaturamento entre 24.07.2009 e 24.01.2010, e R\$ 6.131.383,50, em face do recebimento da parcela intervalo intrajornada, sem o respectivo repasse aos seus empregados, no período de julho/2009 a fevereiro/2013, em valores históricos.

73. Nesse contexto, cabe autorizar a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, visando a reparação do Poder Público.

6. Consequentemente, a Informação nº 004/2017- SEAUD sugeriu ao Plenário o seguinte encaminhamento (fls. 2434/2435):

I. conhecer:

- a. do Ofício nº 1551/2015-GAB/SE e seus anexos;
- b. da manifestação da Global Segurança Ltda. e respectivos anexos, fls. 2:234/2.230, à exceção do pedido de intervenção desta Corte em demanda do interesse da empresa, em face do disposto no § 1º do art. 1º da Resolução TCDF nº 253/2013;

II. considerar:

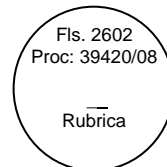
- a. atendida satisfatoriamente a diligência constante do item II da Decisão nº 6341/2014, reiterada pela de nº 2085/2015, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, relevando o atraso verificado;
- b. em relação à Global Segurança Ltda., insatisfatórios os argumentos apresentados em relação ao item III.a e apenas parcialmente satisfatórios os esclarecimentos referentes ao item III.b, ambos da Decisão nº 6341/2014;

III. autorizar a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/1994, e a citação dos responsáveis a seguir indicados, com fundamento no art. 13, II, e art. 17, §2º, alíneas “a” e “b”, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



*a. no que diz respeito ao superfaturamento de preços no período de julho/09 a janeiro/10, a citação dos responsáveis indicados nos Quadros 3 e 4 da Informação nº 04/2017-SEAUD;*

*b. no tocante à cobrança indevida da rubrica "Intervalo Intra jornada", a citação dos responsáveis indicados nos Quadros 7 e 8;*

**IV. autorizar:**

*a. a ciência da decisão a ser proferida aos seguintes interessados: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda. e Global Segurança Ltda.; e*

*b. a restituição dos autos à Secretaria de Contas, unidade responsável pelo processamento de TCE.*

7. As conclusões e sugestões acima mereceram a concordância do Ministério Público, nos termos do Parecer nº 94/2017-DA (fls. 2438 a 2445).

8. O retorno dos autos a esta unidade técnica, para reinstrução, consoante determinação contida no Despacho Singular nº 114/2017-GCMA (fls. 2583 a 2585), foi motivado pela juntada de nova documentação pela empresa Global Segurança Ltda. (fls. 2493 a 2582).

9. Apesar de se tratar de fato não usual, consideramos pertinente a preocupação do Relator do feito, quando entende que a documentação ora juntada *"parece interferir no mérito da instrução empreendida pelo Órgão Técnico, tendo em vista que são apresentados novos fatos concernentes às informações já analisadas"* (fl. 2585).

10. Nesse raciocínio, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, passamos à reinstrução requerida.

11. Em seus esclarecimentos, a empresa Global Segurança Ltda. tece as seguinte considerações:

- que, por ocasião do procedimento licitatório, em 2009, o valor orçado pela empresa tinha como base a Convenção Coletiva de Trabalho vigente entre 01/05/2008 a 30/04/2009;
- que a licitação foi suspensa por decisão do TCDF;
- que, uma vez liberada a licitação, em julho/2009; a empresa sagrou-se vencedora do certame e teve o objeto adjudicado;
- que a composição do valor apresentado pela empresa – R\$ 13.890,47 por posto 24 horas – continha a previsão de pagamento de indenização por supressão de intervalo intrajornada, estando, contudo, defasada, haja vista que seu orçamento tinha como base 01/05/2008 a 30/04/2009;
- que o contrato somente foi assinado em julho/2009, posteriormente à nova CCT da categoria, cuja vigência se iniciou em 01/05/2009;
- que, em setembro/2009, a empresa apresentou seu primeiro pedido de repactuação, reiterado diversas vezes, não tendo obtido resposta positiva da Administração;
- que, apesar disso, a empresa continuou a executar o Contrato nº 99/2009;
- que, no início de 2010, eclodiu a Operação Caixa de Pandora, ensejando auditoria em todos os contratos celebrados com o Distrito Federal, entre eles o de nº 99/09, não obstante a inexistência de qualquer espécie de participação da empresa ou de seus dirigentes nas investigações realizadas;
- que o TCDF determinou, cautelarmente, em face de suposto superfaturamento do preço praticado pela empresa, a realização de glosa de parte dos recebíveis da empresa, no período de fevereiro/2010 a agosto/2012;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



- que o hipotético superfaturamento teve como base pesquisa de preço determinada pelo TCDF, onde se constatou que o suposto preço de mercado dos serviços executados pela empresa seria de R\$ 11.036,03 (R\$ 5.258,38 o posto diurno e R\$ 5.777,65 o posto noturno);
- que essa “cotação de preços” não levava em consideração o pagamento de indenização por supressão do intervalo intrajornada, o que, por si só, macula a validade de tal precificação;
- que o uso da pesquisa de mercado para auferir suposto superfaturamento jamais se mostrou fidedigno, pois leva em consideração critério subjetivo e casuístico;
- que há, no âmbito federal, critério objetivo pautado nos limites das Portarias SLTI do MPOG, reconhecido como único critério válido para a constatação de possível superfaturamento, haja vista o rigor técnico com o qual são elaboradas as Portarias;
- que, em face disso, em 2012, o TCDF reviu seu posicionamento acerca do superfaturamento, acolhendo as Portarias do MPOG e determinando a devolução do valor das glosas realizadas equivocadamente;
- que, entretanto, a devolução dos valores glosados somente ocorreu em 27/12/2012, em valores menores do que os glosados em 2010, em virtude de interpretação equivocada, pelo Distrito Federal, da decisão do TCDF;
- que, em 2010 e 2011, houve a mudança do período de vigência das Convenções Coletivas dos Vigilantes, bem como a expedição de duas Portarias da SLTI/MPOG, ambas fazendo referência ao mesmo período de atualização;
- que, em maio/2010, foi publicada uma CCT que inaugurou um novo marco para a promulgação de CCTs da categoria dos vigilantes, ou seja, inseriu modificação em relação às demais, consistente na ampliação de sua vigência para a data de 31/12/2011 e não até maio/2011, como comumente ocorria;
- que o escopo dessa modificação era fazer com que o período da CCT coincidissem com o ano civil, a fim de interromper o ciclo de prejuízos que as empresas de vigilância vinham sofrendo, em razão das diferenças que incidiam em relação ao 13º salário de seus empregados;
- que, diante da publicação da CCT de maio/2010, em julho daquele ano, foi promulgada nova Portaria nº 11 - SLTI/MPOG, a qual, como as demais, estabeleceu valores de referência para a contratação de serviços de vigilância no DF;
- que a Portaria nº 11 - SLTI/MPOG foi elaborada de maneira equivocada, revelando preços manifestamente deficitários, levando o MPOG a revisar tal precificação, vindo a editar a Portaria nº 28, de 15/06/2011, ainda referente à CCT de maio/2010 até dezembro/2011;
- que foi somente a partir da Portaria nº 11 - SLTI/MPOG que o Ministério do Planejamento, por meio de suas portarias, passou a prever e orçar o pagamento de indenização por supressão de intervalo intrajornada;
- que a Secretaria de Educação se utilizou indevidamente da desatualizada Portaria nº 11/2010, para asseverar que o valor praticado pela Global superava o valor previsto por esta Portaria e, consequentemente, a devolução da glosa estava limitada ao teto estabelecido na norma em apreço, ou seja, o erário, ao proceder o cálculo do valor a ser devolvido à Global, não utilizou o preço praticado pela empresa (R\$ 16.861,19), mas sim o valor do teto estabelecido pela Portaria nº 11/2010 (R\$ 15.594,53);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



- que, esclarecida a questão das portarias pela Global, o TCDF, por meio da Decisão nº 6341/2014, determinou, de maneira acertada, aplicação da Portaria nº 28/2011, como base para verificar o hipotético sobrepreço da Global e, por consequência, como o valor praticado pela empresa era inferior ao limite estabelecido pela Portaria nº 28/2011, determinou a restituição das glosas com base na integralidade do valor pago pela Secretaria de Educação à Global;
- que, somente em 09/07/2015, a Secretaria de Educação procedeu a devolução das glosas (R\$ 815.881,98), tendo como base o valor efetivamente praticado pela Global no ano de 2010;
- que essa questão constitui fato novo, vez que a manifestação nos autos, protocolizada pela Global, ocorreu em dezembro/2014;
- que o escopo das Cortes de Contas é buscar a verdade material, estando os conceitos de preclusão e confissão ficta mitigados nos processos em curso no TCDF;
- que a Informação nº 004/2017-SEAUD está equivocada ao apontar que as supostas irregularidades assentadas pelo TCDF são oriundas da Operação Caixa de Pandora;
- que, em momento algum, a Global e/ou seus dirigentes foram objeto de investigação ou denúncia na citada operação policial;
- que se faz necessário, preliminarmente, retirar toda e qualquer menção do nome da Global referente à Operação Caixa de Pandora, sob pena de configuração de danos de natureza moral, irreversíveis, para a empresa e seus dirigentes;
- que a Informação nº 004/2017-SEAUD aponta, em tese, duas supostas irregularidades perpetradas pela Global, que ensejariam a obrigação da empresa de devolver valores aos cofres públicos: a) suposto faturamento, por parte da Global, referente ao período englobado entre julho/2009 e janeiro/2010; b) restituição do valor pago pela administração, a título de intervalo intrajornada, no período englobado entre julho/2009 até dezembro/2010;
- que inexistem, durante a execução do Contrato nº 99/2009, as supostas irregularidades apontadas;
- que o fundamento da rejeição da necessidade de repactuação do preço contido na proposta da Global, contido na Informação nº 004/2017-SEAUD, não é a ilegalidade ou o seu não cabimento, mas sim uma hipotética "preclusão administrativa", pelo fato de a Global, supostamente, ter aceitado a metodologia de cálculos apresentada para fins de percebimento da restituição dos valores glosados;
- que inexistente qualquer espécie de manifestação, expressa ou tácita, da Global aceitando os valores de 2009;
- que, ao contrário, o que há são diversos pedidos (o primeiro data de 21/09/2009) e reiteraões (de 10/09/2010, 23/03/2011, 12/04/2011, 25/04/2011, 02/05/2011, 27/05/2011, 07/06/2011, 04/08/2011, entre outros) acerca da necessidade do valor da proposta ser reajustado, em virtude da CCT aprovada em maio/2009, ou seja, entre a data da proposta (janeiro/2009) e a assinatura do contrato (24/07/2009);
- que as glosas somente ocorreram no ano de 2010, e a repactuação aqui reiterada trata do ano de 2009, daí porque não há que se falar em anuência da Global;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

Gabinete



- que toda e qualquer manifestação da Global, cujo escopo era a metodologia de cálculos para fins de devolução do valor glosado, tinha como base os valores posteriores à fevereiro/2010;
- que o primeiro período do contrato (julho/2009 até janeiro/2010) jamais foi objeto de manifestação da Global, razão pela qual não há que se falar em concordância com os valores apresentados pela Administração;
- que as reiteraões ao pedido de repactuação, referente ao ano de 2009, direcionados à Secretaria de Educação, somente foram suspensas pela Global, em virtude de tal questão estar sendo debatida neste processo;
- que não se argumente que a última manifestação nos autos protocolizada pela Global (dezembro/2014) configuraria concordância com os cálculos, na medida em que a empresa propôs um encontro de contas com a Administração, porque a citada preposição não representa uma confissão, mas sim uma mera concessão da Global, para fins de encerramento do litígio;
- que, somente nesta fase processual, foi detectado que as portarias do MPOG, anteriores a de nº 28/2011, não continham, na sua composição de preço, o valor referente à indenização pela supressão do intervalo intrajornada, fato que modifica a interpretação sobre o tema;
- que o fundamento para a rejeição da necessidade de repactuação, referente ao ano de 2009, parte de premissa equivocada;
- que, em momento algum, o TCDF alega que tal pleito de repactuação seria tecnicamente incabível;
- que o pedido de repactuação foi realizado de acordo com a legislação e o mais recente posicionamento do TCDF sobre o tema (Decisão nº 6142/2013, Processo nº 17465/2012), cuja validade e aplicabilidade foi reconhecida pela própria unidade técnica no bojo do Relatório de Inspeção nº 1.1025/2014, tanto é assim que o indeferimento do pleito pelo TCDF não teve como fundamento um hipotético não cabimento, mas sim uma suposta concordância da Global, o que não ocorreu;
- que a unidade técnica argumenta que o valor praticado pela Global, por posto de vigilância (R\$ 13.890,47), estaria acima do teto estabelecido pela Portaria nº 06/2009-MPOG (R\$ 13.410,00), daí o motivo do sobrepreço;
- que o raciocínio da unidade técnica acaba por acarretar a seguinte conclusão: se o valor praticado pela Global já está acima do teto previsto nas portarias do MPOG, não há que se falar em repactuação;
- que esse raciocínio contém erro até então não percebido por nenhuma das partes envolvidas no processo, qual seja: a Portaria nº 06/2009 estabelece um valor equivocado como teto para a contratação de serviços de vigilância, uma vez que sua composição de preços não leva em consideração o pagamento da indenização pela supressão do intervalo intrajornada. Em outras palavras, o valor estipulado pela Portaria nº 06/2009 acaba por não refletir, de fato, a totalidade de gastos necessários para uma empresa especializada instalar um posto de vigilância no DF. Ao contrário, o teto estabelecido pela Portaria nº 06/2009 está muito abaixo do valor realmente necessário para a boa e correta prestação de serviços de vigilância;
- que, somente nessa fase processual, a Global obteve a informação de que a Portaria nº 06/2009, na composição de seu preço, não continha a previsão do pagamento de indenização por supressão de intervalo intrajornada, daí o motivo desta alegação somente ocorrer nesta fase processual;
- que, somente com o atento manejar dos autos, que a questão atinente ao intervalo intrajornada foi percebida pela Global;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

Gabinete



- que, após formal questionamento, o MPOG respondeu à Global que na composição do cálculo dos valores limites de vigilância para as unidades da federação, estabelecidos pela Portaria nº 06/2009, o intervalo intrajornada não foi objeto de cálculo;
- que o próprio MPOG, por meio da Portaria nº 28/2011, acaba por confirmar o equívoco existente na composição de preços, pois admite a necessidade da indenização pela supressão do intervalo intrajornada estar presente no cálculo de suas portarias, o que não ocorreu com a de nº 06/2009;
- que o próprio TCDF, por meio de sua unidade técnica, afirmou expressamente, no bojo do Relatório de Inspeção nº 1.1025/2014, que a Portaria 11/2010 não previa, em sua composição de custos, o pagamento do intervalo intrajornada, o que somente passou a ser previsto com o advento da Portaria nº 28/2011-MPOG;
- que o teto estabelecido pela Portaria nº 11/2010 era de R\$ 15.594,53, já o estabelecido pela Portaria nº 28/2011 era de R\$ 17.531,97, representando aumento de 12,42% em virtude do acréscimo da previsão do pagamento do intervalo intrajornada;
- que é inegável que o valor constante da Portaria nº 06/2009 jamais representou, de fato, o teto de gastos, sendo necessária a adição da quantia referente ao intervalo intrajornada para que a Portaria traga um valor plausível;
- que, em consequência desse raciocínio, tem-se que o real e fidedigno valor a ser previsto na Portaria nº 06/2009 é de R\$ 13.410,00, acrescidos de 12,42%, o que acarreta o valor de R\$ 15.075,52, demonstrando que o valor praticado pela Global jamais esteve superfaturado;
- que, ao contrário, o valor de R\$ 13.890,47 está bem abaixo do real limite estabelecido pelo MPOG, o que corrobora a necessidade de repactuação do preço para o montante de R\$ 15.111,52, valor extremamente próximo ao estabelecido pela Portaria nº 06/2009, devidamente corrigido;
- que, no entanto, em respeito à fundamentação ora deduzida, a Global aceita limitar sua repactuação ao valor de 15.075,52, o qual representa o limite atualizado previsto na Portaria nº 06/2009;
- que inexistente qualquer espécie de valor a ser restituído pela Global, a título de intervalo intrajornada;
- que todo e qualquer possível valor a ser restituído pela Global tem como principal fundamento o suposto não pagamento de intervalo intrajornada para seus empregados;
- que o período posterior a janeiro/2011 se encontra plenamente regularizado, consoante admitido pelo próprio TCDF (item 52 da Informação nº 004/2017-SEAUD);
- que, no tocante ao período de 25/07/2009 a 31/01/2010, a Informação nº 004/2017-SEAUD incorreu em equívoco, tendo em vista um fato de extrema importância que, até então, não havia sido percebido pelo TCDF, qual seja, o valor percebido pela Global no período em tela não se encontra devidamente repactuado, ou seja, houve um recebimento a menor por parte da empresa;
- que, se a Global não recebeu o valor integral devido pelo Estado, como exigir que ela efetue o pagamento do intervalo intrajornada de seus empregados?
- que, diante do recebimento a menor, a Global não teve condições de efetuar o pagamento da integralidade das verbas devidas aos seus funcionários, suspendendo o pagamento do intervalo intrajornada como forma de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



sobreviver e de manter sua atividade empresarial e os inúmeros empregos que ela gera;

- que, em caso da manutenção do entendimento acerca da necessidade de pagamento da indenização pela supressão do intervalo intrajornada, no período de 25/07/2009 a 31/01/2010, certamente ocorrerá o enriquecimento sem causa do Estado, vez que a Global será obrigada a restituir um valor pela qual jamais recebeu e tampouco foi repassado aos empregados;

- que, tendo a proposta da Global sido ofertada sob a vigência de Portaria anterior (dezembro/2008), por ocasião da assinatura do Contrato (julho/2009), seu preço já estava defasado, sendo necessária a repactuação a fim de gerar “caixa” suficiente para cobrir todos os custos da prestação de serviços de vigilância, quitando a única rubrica em aberto (intervalo intrajornada);

- que, caso a repactuação seja deferida, a Global se compromete a efetuar o pagamento do intervalo intrajornada de seus funcionários;

- que, em havendo a repactuação, e no tocante ao período de 25/07/2009 a 31/01/2010, o valor devido pelo Estado à Global é de R\$ 910.113,11, tendo como base o valor repactuado (R\$ 15.111,52), ou o valor de R\$ 879.033,08, tendo como base o valor do teto previsto na Portaria nº 06/2009 devidamente atualizado (R\$ 15.075,52, prevendo o intervalo intrajornada);

- que o não pagamento de tal verba por parte da Secretaria de Educação representa uma grande ilegalidade, ensejando o enriquecimento sem causa do Estado;

- que, segundo a Informação nº 004/2017-SEAUD, em relação ao período de 01/02/2010 a 31/12/2010, a Global teria a obrigação de devolver aos cofres públicos o valor correspondente ao pagamento pela supressão do intervalo intrajornada e a Global, sem que houvesse repassado tal montante aos seus empregados;

- que, todavia, não há fundamento legal para tal determinação, uma vez que tal montante não foi pago indevidamente à Global, ou seja, o valor é e sempre foi devido, daí porque o pagamento realizado pelo Estado foi realizado de forma regular, não se podendo falar em restituição;

- que a empresa não repassou tal montante para seus empregados em virtude de dificuldades financeiras causadas justamente pelo TCDF, alheias a sua vontade. Explica-se: Durante todo o ano de 2010, a Global teve significativa parte de seu faturamento glosado, em virtude de decisão cautelar proferida pelo TCDF, decisão essa que, posteriormente, foi reformada, tendo sido determinada a restituição dos valores glosados;

- que, no entanto, a restituição das glosas realizadas nos pagamentos referentes ao ano de 2010 ocorreu em duas etapas: a) num primeiro momento (dia 27.12.2012), foi realizada a devolução das glosas referentes ao período em tela, tendo como base o limite estabelecido pela Portaria nº 11/2010, e não o valor efetivamente praticado pela Global; b) posteriormente, por força da Decisão TCDF nº 6341/2014, ficou consignado que, para o período em tela, a Portaria correta a ser utilizada era a de nº 28/2011. Em assim sendo, o valor utilizado pela Global estava abaixo do limite normativo e poderia ser utilizado como base para a restituição das Glosas, o que ocorreu em julho/2015;

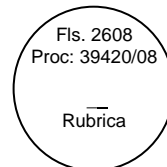
- que fica patente, portanto, que a restituição ocorreu muito tempo depois da data da glosa, o que dificultou a vida financeira da empresa, a qual se viu obrigada a buscar recursos no mercado financeiro, por meio de empréstimos com altas taxas de juros, bem como suspender o pagamento do intervalo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

Gabinete



intrajornada de seus empregados, tudo com o escopo de continuar a prestar um serviço de qualidade para o DF, bem como evitar sua falência;

- que, somente no fim de 2012, com a restituição de parte do valor histórico glosado indevidamente, a empresa se viu em condições de voltar a pagar o intervalo intrajornada de seus empregados, bem como começar a quitar as dívidas contraídas, com o escopo de evitar sua falência;
- que, a partir da estabilização de seu caixa, a empresa iniciou um complexo e bem pensado planejamento de quitação, cujo escopo é quitar todas as suas dívidas, tanto em relação aos seus empregados, quanto em relação aos bancos, tanto é assim que em 2014 quitou as verbas atinentes ao intervalo intrajornada de seus empregados em relação aos anos de 2011 e 2012, consoante já reconhecido pela unidade técnica;
- que, dando continuidade a tal planejamento, a Global já iniciou os trâmites burocráticos para efetuar o pagamento do intervalo intrajornada de seus empregados em relação ao período de 01/02/2010 até 31/12/2010, tendo em vista o percebimento da diferença do valor devido pela devolução das glosas realizadas em 2010, a qual ocorreu em julho/2015;
- que o percebimento da citada diferença, em meados de 2015, representa um fato novo, enquanto a última manifestação nos autos, protocolada pela Global ocorreu em dezembro/2014;
- que, justamente por esse motivo, a empresa estava aguardando um posicionamento formal do TCDF para iniciar os procedimentos cabíveis;
- que não se pode perder de vista que a Global, em virtude de tais glosas e atrasos de devolução, possui outras inúmeras dívidas, agravadas pelo fato de a Secretaria de Educação ainda ter um débito perante a empresa, de aproximadamente R\$ 7.000.000,00, referente ao ano de 2014, o que vem dificultando o saneamento financeiro da empresa;
- que existe um processo no TCDF sobre o assunto;
- que a quantia em discussão não pode retornar ao Estado, pois ele não foi pago de forma indevida, o que se faz necessário é realizar o correto repasse para os empregados da Global, procedimento esse que já foi realizado junto ao Sindicato da Categoria laboral, em relação aos anos de 2011 e 2012;
- que determinar a restituição do valor em debate para o Estado configuraria enriquecimento sem causa deste último, ficando a empresa na obrigação de quitar as verbas de seus empregados, podendo ser compelida a realizar tal pagamento pela via judicial, seja por meio de ação coletiva ajuizada pelo Sindicato, seja por meio de ação individual ajuizada por cada empregado;
- que, diante de tal quadro, dada a boa-fé e o histórico da empresa, mostra-se razoável o sobrestamento do presente feito, pelo prazo de 01 ano, em relação ao período de 01/02/2010 até 31/12/2010, de modo a viabilizar que a Global adote todos os procedimentos administrativos e burocráticos para efetuar o pagamento de tais verbas, conforme foi realizado em relação às verbas de 2011 e 2012;
- que, em 27/12/2012, o DF efetuou o pagamento de todo o valor glosado em favor da Global, porém o fez de acordo com o valor histórico, em desacordo aos itens 12.11 e 14.6 do Edital da licitação, que previa a correção pro rata tempore do INPC, bem assim sem observância do disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Complementar nº 1/1994;
- que, em assim sendo, não merece prosperar a fundamentação contida na Informação nº 004/2017-SEAUD, no sentido de ser inviável o encontro de contas, em virtude do disposto no § 1º do artigo 1º da Resolução nº 253/2013,





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

Gabinete



haja vista ser esse dispositivo inaplicável no caso concreto, até porque não há encontro de contas a ser realizado, sendo a Global apenas credora, não possuindo débitos com a Administração;

- que o papel constitucional das Cortes de Contas é fiscalizar as contas públicas, e não apenas tutelar o interesse estatal;

- ao contrário, havendo qualquer falha ou equívoco, cabe ao TCDF determinar as medidas necessárias para a regularização, seja para o Estado receber dinheiro do particular, seja para o Estado efetuar pagamento para o particular;

- que, nesse sentido, não pode ser considerado mero "requerimento administrativo de um particular" o fato de o TCDF determinar à Secretaria de Educação que ela proceda o pagamento da atualização monetária, em virtude da mora em se proceder a restituição dos valores glosados;

- que, neste processo, o TCDF já exarou determinações de conteúdo semelhante, como, por exemplo, quando determinou a aplicação das Portarias do MPOG como parâmetro para verificar suposto sobrepreço e, por consequência, determinou, expressamente, que a Administração devolvesse o valor glosado;

- que, no caso concreto, o intuito da Global é apenas imprimir efetividade à decisão proferida pelo TCDF, fazendo com que o valor devido pelo DF à empresa seja quitado com a devida correção monetária;

- que, nesse raciocínio, o TCDF deve determinar à Secretaria de Educação que efetue o pagamento de R\$ 1.386.673,70, conforme demonstrativo em anexo;

- que, em consequência da argumentação ora expedida, tem-se totalmente desnecessária a conversão dos autos em TCE, vez que a empresa não cometeu qualquer ato ilícito ou irregularidade, tanto é assim que não há qualquer valor a ser restituído pela empresa ao Estado. Ao revés, a Global é credora do Estado, seja pela repactuação de 2009, seja pelo pagamento da atualização monetária das glosas restituídas;

- que sequer é necessária a abertura de TCE para analisar a postura e os atos adotados dos servidores públicos responsáveis pelas devoluções e pagamentos à Global, afinal estes apenas adotaram o procedimento de acordo com as determinações do próprio TCDF, vigentes à época;

- que, na época em que os atos foram praticados pelos citados servidores públicos, a própria unidade técnica tinha retirado o intervalo intrajornada da composição da planilha, logo os executores citados na Informação 004-2017-SEAUD não tinham como exigir seu pagamento;

- que, em 2009, a Global recebeu do Estado valores a menor, logo não há que se falar em restituição da quantia a título de intervalo intrajornada, bem como o intervalo intrajornada de 2010 será oportunamente quitado pela empresa;

- que a consequência lógica é a inexistência de falha ou desvio da Global ou de qualquer servidor público citado pelo TCDF, daí o motivo do arquivamento dos autos, não se convertendo este procedimento em TCE.

12. Por conseguinte, requer a empresa Global Segurança Ltda. (fls. 2480/2481);

A) Sejam remetidos os autos, novamente, para a Unidade Técnica para a análise da presente manifestação e os documentos que a instruem;

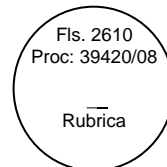
B) Seja reconhecida a inexistência de superfaturamento do período entre julho/2009 até janeiro/2010, em razão da Portaria nº 06/09 não poder ser



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

Gabinete



utilizada como parâmetro, pela inexistência de intervalo intrajornada em sua composição de preço, conforme esclarecido pelo próprio MPOG;

- C) Seja determinada a repactuação dos valores praticados pela GLOBAL no interregno entre julho/2009 e janeiro/2010, determinando-se que a Administração proceda o pagamento dos atrasados, ocasião que caso se confirme, a GLOBAL pagará o intervalo intrajornada de seus empregados referentes ao período em tela;
- D) Não ocorrendo a hipótese acima, reconheça-se que o valor recebido pela GLOBAL entre julho/2009 até janeiro/2010 foi pago a menor, motivo pelo qual a Empresa não está obrigada a quitar o intervalo intrajornada de seus empregados no período, tampouco devolver qualquer valor ao Erário;
- E) O sobrestamento do feito pelo prazo mínimo de um ano para viabilizar o pagamento por parte da GLOBAL do intervalo intrajornada de 2010;
- F) Determine-se à Secretaria de Educação que efetue o pagamento da correção monetária das glosas restituídas à GLOBAL no importe de R\$ 1.386.673,70, tendo em vista a existência de expressa disposição editalícia e cláusula contratual nesse sentido, além de farta jurisprudência;
- G) A extinção do presente feito, sendo desnecessária a conversão do procedimento em TCE.

13. De imediato, em atenção ao entendimento da empresa Global Segurança Ltda., no sentido de que deve ser retirada dos autos a referência à “Operação Caixa de Pandora”, sob pena de configurar dano moral, cabe registrar que o Tribunal, ao apreciar pleito de mesma natureza, indeferiu o pedido sob o argumento de se tratar de identificação interna (Decisão nº 3924/2011, item III<sup>2</sup>).

14. A análise das alegações da empresa Global Segurança Ltda., motivo da reinstrução do feito (pedido constante da alínea A do parágrafo 12 acima), demanda que sejam recordados os termos Decisão TCDF nº 6341/2014, oportunidade em que o Tribunal determinou “à *Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal [...] o imediato cumprimento do item II da Decisão nº 1.279/14, adotando, como valores a serem pagos às empresas Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda. (Contrato nº 98/09) e Global Segurança Ltda. (Contrato nº 99/09), aqueles estabelecidos no Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, inclusive com a prevalência da Portaria nº 28/11 sobre a de nº 11/2010 em todo o período de 01.05.10 a 31.12.11*”; devendo as referidas empresas apresentar “a comprovação de suas alegações, especialmente: a) quanto à possível existência de superfaturamento no período de julho/2009 a janeiro/2010 e o respectivo valor; b) em relação à possível irregularidade no pagamento do intervalo intrajornada, o cálculo do valor devido constante do Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, e em que estágio se encontram as alegadas tratativas com o sindicato dos trabalhadores para a regularização da parcela”.

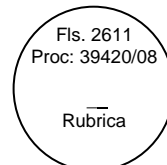
15. Consta do citado Relatório de Inspeção 1.1025/14, parágrafo 48 (fls. 2167/2168), a conclusão de “que, no período de **fevereiro a dezembro/10** houve

<sup>2</sup> III – negar provimento ao pedido formulado na peça de fls. 1488, informando à empresa G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda. que o registro constante da capa dos autos em referência trata-se de identificação interna, tendo por objetivo que as unidades administrativas e técnicas deste Tribunal confirmem andamento prioritário aos feitos que possuem essa identificação, não havendo razão para alteração desse procedimento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



*uma devolução a menor para as empresas contratadas no montante de R\$ 635.485,18 (Confederal) e de R\$ 815.881,98 (Global)".*

16. Acerca desse ponto, a Informação nº 004/2017-SEAUD destacou, à fl. 2423, ter a jurisdicionada informado, *"mediante Ofício nº 1551/2015-GAB/SE e seus anexos (fls. 2333/2384), a devolução das glosas retidas nos pagamentos dos serviços referentes aos Contratos nºs 98/2009 e 99/2009, firmados entre essa Secretaria e as empresas Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e Global Segurança Ltda., nos valores de R\$ 635.485,18 (seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos) e R\$ 815.881,98 (oitocentos e quinze mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos)".*

17. Em assim sendo, pode-se considerar cumprido o item II da Decisão nº 6341/2014, reiterado pelo item II da Decisão nº 2085/2015.

18. Os demais pedidos da empresa Global Segurança Ltda. (reproduzidos nas alíneas B a E do parágrafo 12 acima) têm por liame a discussão acerca da rubrica "intervalo intrajornada".

19. Ao ensejo, acerca dessa mesma rubrica "intervalo intrajornada", cabe registrar que o respectivo gasto, apontado pela empresa no percentual correspondente de 12,42% da composição de custos, não está em conformidade com os cálculos apontados no Relatório de Inspeção nº 1.2010.13/2013-DIAUD 2, às fls. 1958 a 1975.

20. Sobre esse ponto, o Relatório de Inspeção nº 1.1025/14 já havia identificado, à fl. 2165, após exame das planilhas de cálculo do MPOG, *"os motivos que levaram a edição da Portaria nº 28/11, sem que houvesse a superveniência de celebração de convenção coletiva no período"*, chegando à conclusão de *"que a alteração dos valores limites no transcorrer do período teve como causa determinante a majoração dos valores referentes aos custos com "intervalo intrajornada"*.

21. Ainda, segundo o Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, à fl. 2165, verificou-se *"que, em 2010, não houve a previsão dos custos com o pagamento do referido benefício trabalhista para os vigilantes noturnos e, para os vigilantes diurnos, o valor estava inferior ao estipulado na convenção coletiva. Por conseguinte, mostra-se razoável a revisão desses itens de custos na planilha que subsidiou a edição da Portaria MPOG nº 28/11"*.

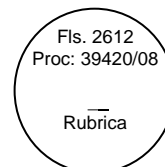
22. Essa constatação do Relatório de Inspeção nº 1.1025/14 vai ao encontro da alegação da empresa Global Segurança Ltda., quando afirma que a Portaria nº 06/2009, na composição de seu preço, não continha a previsão do pagamento de indenização por supressão de intervalo intrajornada, bem assim que, após formal questionamento, o MPOG respondeu à empresa que na composição do cálculo dos valores limites de vigilância para as unidades da federação, estabelecidos pela Portaria nº 06/2009, o intervalo intrajornada não foi objeto de cálculo (fls. 2463/2464).

23. A bem da verdade, esse fato já havia sido apontado pelo Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, quando destacou *"que a majoração deste item (intervalo intrajornada) na planilha repercute em diversos outros itens de custos, tais como férias, 13º salário, impostos e BDI, incrementando substancialmente o valor final do posto de serviço"*, tendo utilizado, em consequência, os valores da Portaria nº 28/2011 para fins de apuração da restituição devida à nominada empresa (fl. 2165).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



24. Esse mesmo parâmetro foi utilizado para cálculo do possível superfaturamento apontado no Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, ao aplicar o entendimento da retroatividade dos valores fixados pela Portaria do MPOG à data da Convenção Coletiva de Trabalho (Decisão TCDF nº 1279/2014).

25. A propósito, nota-se que tanto num caso (cálculo do suposto superfaturamento – Quadros 7 e 8, fl. 2172) quanto noutro (apuração da possível irregularidade no pagamento do intervalo intrajornada – Quadros 9 e 10, fl. 2180), e tal como ocorreu com a devolução das glosas retidas nos pagamentos dos serviços referentes aos Contratos nºs 98/2009 e 99/2009 (Quadros 5 e 6, fls. 2167/2168), os montantes apurados tiveram por parâmetro comparativo, como não poderia deixar de ser, os valores limites estabelecidos pelo MPOG, a partir da Portaria nº 06/2009 e posteriores.

26. Convém esclarecer que todas essas Portarias MPOG (04/2009, 06/2009, 11/2010 e 28/2011) têm por objetivo “*Atualizar os limites máximos para a contratação de serviços de vigilância, executados de forma contínua em edifícios públicos e celebrados por órgãos/entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG*” (art. 1º; grifei), atualização essa que constitui “*uma prerrogativa discricionária da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que poderá, inclusive, reduzi-los, caso verifique que os atuais valores estão acima do valor de mercado, por qualquer motivo*” (art. 6º, grifei), e cuja validade independe “*da ocorrência de novos acordos dissídios ou convenções coletivas, e enquanto não forem alterados ou revogados por nova Portaria*” (art. 6º, parágrafo único).

27. O texto padronizado dessas Portarias esclarece que “*Os valores limites estabelecidos (...) consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se esse adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação*” (art. 2º; grifei).

28. Além disso, “*Os valores limites (...) não limitam a repactuação de preços que ocorrer durante a vigência contratual*” (art. 3º, grifei), repactuação essa que “*poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra (data do último acordo ou convenção) e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (data do encaminhamento das propostas)*” (art. 5º).

29. A propósito, a publicação desses valores limites mereceu recomendação do Tribunal de Contas da União, assim ementada:

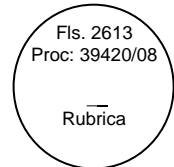
ACÓRDÃO Nº 1328/2015 - TCU - Plenário Considerando tratar-se de Representação ofertada pela Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin/MPU) acerca dos limites mínimos de preços de serviços de vigilância estabelecidos em portarias expedidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



Gestão (SLTI/MP), para regulamentação do art. 54 da Instrução Normativa SLTI/MP 2/2008 (peça 1);

Considerando que para deslinde do assunto a SLTI/MP foi ouvida em oitiva;

Considerando que o estabelecimento dos referidos limites mínimos de preços pautou-se em metodologia lastreada em critérios objetivos e justificados;

Considerando que tais valores não fixam os valores mínimos para contratações, mas apenas servem de alerta para o gestor quanto à necessidade de análise da exequibilidade de preços próximos desse limite;

Considerando oportuno recomendar à SLTI para que oriente os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração de Serviços Gerais (Sisg) a procederem ao exame de exequibilidade das propostas, quando essas apresentarem valores próximos ou inferiores ao mínimo fixado nas portarias;

Considerando, ainda, adequado expedir recomendação à SLTI para implementar procedimento junto aos órgãos e entidades do Sisg de modo que informem quando da contratação de serviços de vigilância com preços próximos ou inferiores ao fixado nas portarias, porém considerados exequíveis, para fins de subsidiar o aperfeiçoamento da composição dos limites de preços de serviços de vigilância;

Os Ministros do tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, III, e 237, do RI/TCU, ACORDAM em considerá-la improcedente e efetuar recomendações, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.801/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin/MPU)

1.2. Órgão: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Recomendar à SLTI/MP, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, que oriente os órgãos e entidades integrantes do Sisg:

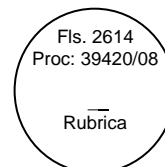
1.7.1. Quanto à obrigatoriedade de se atentar para o disposto no art. 7º da Portaria SLTI/MP 20/2014, e portarias semelhantes para outros estados da federação, quanto ao exame de exequibilidade das propostas quando essas apresentarem valores próximos ou inferiores ao mínimo fixado nas portarias referenciadas;

1.7.2. Para que ao admitirem nas licitações que promoverem propostas com valores acima dos estipulados no “cenário máximo”, considerando, assim, que estejam dentro da média de mercado, e, ao considerarem exequíveis propostas com valores situados abaixo dos previstos no “cenário de atenção”, informem à SLTI/MP do fato, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de composição dos limites de preços de serviços de vigilância estabelecidos nas portarias expedidas para regulamentação do art. 54 da Instrução Normativa SLTI/MP 2/2008, em consonância com a previsão do art. 5º, § 2º, do Decreto 1.094/1994;

1.8. Determinar à SLTI/MP, com fulcro no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, que informe ao Tribunal as providências adotadas, no prazo de quinze dias a contar da notificação, acerca das recomendações objeto do subitem 1.7;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



1.9. *Dar ciência ao representante e à SLTI/MP deste Acórdão; e*

1.10. *Arquivar os autos, nos termos do art. 169, V do Regimento Interno/TCU.*

30. Observa-se, portanto, a preocupação do órgão de controle externo federal com a questão do exame de exequibilidade das propostas de licitantes, em face dos valores limites estabelecidos pela SLTI/MPOG.

31. No caso concreto, o Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, à fl. 2168, esclarece que *“Adotando como parâmetro de preços de mercado os valores limites fixados pelo MPOG, a instrução anterior constatou o superfaturamento nos preços cobrados pelas empresas contratadas pela Secretaria de Educação no intervalo de 24.07.09 a 24.01.10, uma vez que à época da celebração do ajuste o valor contratado estava superior ao limite fixado pelo MPOG”*.

32. Essa conclusão se baseia no fato de *“que a Portaria MPOG nº 06/2009 teve vigência no período de 13.07.09 até 29.07.10”, e “ainda que se considere que a Portaria nº 06/2009 teve eficácia no período de 01.05.2009 a 30.04.2010 (vigência da Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010), nos termos da Decisão nº 1279/14, verificar-se-ia que não há alteração da conclusão acerca do superfaturamento, pois os contratos com as empresas CONFEDERAL e GLOBAL foram celebrados em 24.07.2009, ou seja, durante o seu período de vigência”*. Desse modo, *“não procede a alegação das empresas de que os preços contratados estavam compatíveis com o mercado”* (fl. 2171).

33. Além desses apontamentos pretéritos, nota-se que as tratativas levadas a efeito pela empresa Global Segurança Ltda. com o Sindicato laboral (SINDESV/DF), a fim de quitar a verba trabalhista referente ao intervalo intrajornada (período de 01/01/2011 a 31/12/2012; vide análise constante da Informação nº 004/2017-SEAUD, parágrafos 43 a 58, fls. 2428/2429), reforçam a conclusão do não pagamento da referida rubrica ao restante do tempo em que era devida (24/07/2009 a 31/12/2010).

34. Entendemos, no entanto, que essa pendência também pode ser objeto de regularização na via judicial, a exemplo do acordo feito com o Sindicato laboral, no tocante ao período de 01/01/2011 a 31/12/2012, tal como apontou o Relatório de Inspeção nº 1.1025/14, à fl. 2181:

*118. Cabe destacar que os contratos em comento ainda estão em curso, razão pela qual é possível o adimplemento da obrigação trabalhista por parte das contratadas antes do exaurimento da vigência do contrato<sup>3</sup>. Logo, não há que se falar, ainda, em prejuízo, uma vez que, em havendo a regularização das obrigações trabalhistas, o valor transferido às empresas a este título seria devido, ilidindo a responsabilidade subsidiária da Administração.*

35. Não por outro motivo o TCDF determinou, em relação à possível irregularidade no pagamento do intervalo intrajornada, fosse informado o estágio em que se encontram as alegadas tratativas com o sindicato dos trabalhadores para a regularização da parcela (Decisão nº 6341/2014).

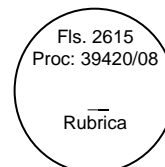
36. O fato novo alegado pela Global Segurança Ltda. refere-se à devolução das glosas (R\$ 815.881,98) pela Secretaria de Educação somente em 09/07/2015, tendo por base o valor efetivamente praticado pela Global no ano de

<sup>3</sup> Os contratos terão vigência até 24/07/2015 ou até a conclusão do procedimento licitatório em andamento na Secretaria de Educação (Processo nº 080.009.441/13), prevalecendo o que ocorrer primeiro (fls. 2104/2106 e 2111/2113).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



2010, a despeito de a manifestação da empresa ter sido protocolizada em dezembro/2014.

37. A esse respeito, pode a interessada pleitear o eventual direito à correção monetária das glosas devolvidas, junto à Secretaria de Educação do DF, vez que não cabe ao TCDF a tutela de interesses particulares.

38. De todo modo, na ocorrência de acerto entre as partes contratantes, no sentido de eventual encontro de contas, juridicamente viável, caberá ao TCDF, em face de seu dever de fiscalização, apenas o exame posterior dessas tratativas, não lhe competindo, entretanto, a iniciativa pela intermediação do suposto conflito contratual.

39. Pelo mesmo motivo – dever de fiscalização –, não pode a Corte de Contas distrital acolher pedido de sobrestamento processual, a fim de viabilizar o pagamento por parte da Global Segurança Ltda. do intervalo intrajornada de 2010, dada a impossibilidade jurídica do pedido.

40. Esse pleito, aliás, se contrapõe às alegações da empresa, quando sustenta a inexistência de débito a título de intervalo intrajornada, no período de 24/07/2009 a 31/12/2010.

41. Por isso mesmo, precisamente em face de atuais evidências de numerários passíveis de serem ressarcidos ao Estado, é que o procedimento de conversão do autos em TCE deve ser implementado, tal como sugerido na Informação nº 004/2017-SEAUD.

42. Da parte da empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda., a Carta CVTV/DC/DF nº 0224/2017, de 09/02/2017 (fl. 2586), informa “*que efetuou o pagamento da intrajornada aos vigilantes vinculados à execução do contrato objeto do processo*” nº 39420/2008.

43. Essa informação trazida ao feito pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. não atende ao comando das Decisões TCDF nº 6341/2014 e 4144/2015, vez que a alegação não se fez acompanhar de documentação comprobatória, razão pela qual não deve ser acolhida.

44. Ante o exposto, ratificando as sugestões de fls. 2434/2435, com os complementos decorrentes da presente reinstrução processual, sugere-se ao Tribunal:

I. conhecer:

- a) do Ofício nº 1551/2015-GAB/SE e seus anexos;
- b) da manifestação da empresa Global Segurança Ltda. e respectivos anexos (fls. 2234 a 2.230), à exceção do pedido de intervenção desta Corte em demanda do interesse da empresa, em face do disposto no § 1º do art. 1º da Resolução TCDF nº 253/2013;
- c) da documentação juntada pela empresa Global Segurança Ltda. (fls. 2453 a 2582), considerando cumprido o teor do Despacho Singular nº 114/2017-GCMA (fls. 2583 a 2585);

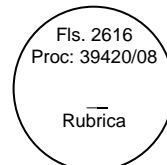
II. considerar:

- a) satisfatoriamente atendida a diligência constante do item II da Decisão nº 6341/2014, reiterada pela de nº 2085/2015, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, relevando o atraso verificado;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
Gabinete



b) em relação à Global Segurança Ltda., insatisfatórios os argumentos apresentados em relação ao item III.a, e apenas parcialmente satisfatórios os esclarecimentos referentes ao item III.b, ambos da Decisão nº 6341/2014;

c) no tocante à empresa Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda., não atendido o item III.a da Decisão nº 6341/2014, ante a ausência de esclarecimentos, e não atendido o item III.b da Decisão nº 6341/2014, uma vez que as alegações não se fizeram acompanhar da documentação comprobatória;

III. autorizar a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis a seguir indicados, com fundamento no art. 13, II, e art. 17, §2º, alíneas “a” e “b”, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito:

a) no que diz respeito ao suposto superfaturamento de preços no período de julho/09 a janeiro/10, a citação dos responsáveis indicados nos Quadros 3 e 4 da Informação nº 04/2017-SEAUD;

b) no tocante à cobrança indevida da rubrica “Intervalo Intrajornada”, a citação dos responsáveis indicados nos Quadros 7 e 8;

IV. autorizar:

a) a ciência da decisão a ser proferida aos seguintes interessados: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda. e Global Segurança Ltda.; e

b) a restituição dos autos à Secretaria de Contas, unidade responsável pelo processamento de TCE.

À superior consideração.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2017.

Renato Alves da Cruz  
Auditor de Controle Externo  
Secretaria de Auditoria

De acordo.

Ao Exmo. Sr. Relator.

Brasília, 19 de outubro de 2017.

Agnaldo Moreira Marques  
Secretário de Auditoria